



Balanço Soteropolitano

Análises Horizontal e Vertical dos Balanços 2022

Volume 3

SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL
DIRETORIA DO TESOURO MUNICIPAL
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**Prefeitura
de Salvador**



Prefeitura de Salvador

Edição 2022

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ
DIRETORIA DO TESOURO MUNICIPAL - DTM
CONTADORIA GERAL MUNICÍPIO – CTM

INFORMAÇÕES – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CTM)

Telefone: Fone: (71) 3202-8421

Correio eletrônico: lbteixeira@sefaz.salvador.ba.gov.br

Disponível em: www.sefaz.salvador.ba.gov.br



Balanço Soteropolitano

Relatório Contábil de Propósito Geral RCPG 2022

Bruno Soares Reis
Prefeito

Giovanna Testa Victer
Secretária da Fazenda de Salvador

Antônio Ricardo Gois Pereira
Diretor do Tesouro Municipal

Luciana Borges Teixeira
Contadora Geral do Município

EQUIPE TÉCNICA GERENCIAL

Adriana Barbosa Gomes
Ana Bárbara Martins Riberio dos Santos
Carla Maria Rodrigues Peixoto
Rodrigo Mathias Praxedes da Silva
Sueli Soares Moreira
Valério Filizola Nogueira

EDIÇÃO 2022
INFORMAÇÕES – CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (CTM)

Telefone: Fone: (71) 3202-8421
Correio eletrônico: lbteixeira@sefaz.salvador.ba.gov.br
Disponível em: www.sefaz.salvador.ba.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte





Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
1. SOBRE O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	7
2. SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL	17
3. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	33
4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO - CAPAG	36



APRESENTAÇÃO

Decorrido todo o complexo e vinculado processo de registro e mensuração dos eventos financeiros e econômicos que alteram ou podem vir a alterar o patrimônio do ente público a cada ano, é por meio da Análise de Balanço que se pode expressar em índices a grande massa de informações contida nos números. Além disso, a aplicação da técnica torna possível o estabelecimento de indicadores de acompanhamento da gestão, que podem ser utilizados tanto como instrumento de controle social como uma ferramenta auxiliar na definição de rumos e de estratégias para desenvolvimento das ações públicas.

Dessa forma, a análise, que se consubstancia na tradução dos registros sintéticos apresentados nas demonstrações contábeis, de modo sistematizado, permite que partes interessadas façam uma adequada avaliação da situação econômica e financeira das entidades as quais se referem as demonstrações.

Ao longo das páginas seguintes o leitor vai se deparar com a análise horizontal, vertical e por indicadores do Balanço Orçamentário, do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais do Município, com posição 31.12.2022. Com cuidado para que a avaliação se mantivesse em nível sintético, foram informados dados relevantes sobre o contexto de cada índice calculado. Caso sinta necessidade, informações mais detalhadas sobre os grupos de contas, sua movimentação no exercício e seus saldos podem ser verificadas nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis.

Informamos, adicionalmente, que as demonstrações contábeis consolidadas, em sua íntegra, estão disponíveis no Portal da Transparência do Município de Salvador, no *menu* de contas públicas, bem assim integram o Volume II do RCPG 2022.



ANÁLISE DOS BALANÇOS DA CIDADE DO SALVADOR EM 31.12.2022

As páginas seguintes contêm a síntese da análise das principais demonstrações contábeis de Salvador - BA na posição 31.12.2022, podendo ser utilizada como instrumento de avaliação direta de riscos; do desempenho econômico e financeiro do Município; e como instrumento de averiguação das perspectivas futuras da PMS.

As informações geradas a partir desta análise são endereçadas a todas as partes interessadas (nossos *stakeholders*), em especial:

- Cidadãos, pois lhes são conferidos o acesso aos dados contábeis e financeiros mais importantes do Município, de modo consolidado, externando-se, desse modo, a preocupação com a transparência da matéria;
- Gestores Municipais, por servir como um dos instrumentos que dão suporte ao planejamento da alocação da ação governamental;
- Fornecedores, que utilizam tais informações para avaliar os riscos das suas operações com o Município;
- Instituições financeiras e de fomento, nacionais e internacionais, porque podem se apoiar nessa síntese de dados para avaliação de crédito;
- Outros Órgãos de Governo, para fins comparativos; de avaliação de garantias e avais ou qualquer outra função financeira.

Este relatório apresenta a composição e o resultado do Balanço Orçamentário, do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais dos três últimos exercícios, utilizando-se em todas as avaliações as técnicas de análise horizontal, vertical e a mensuração por índices, na forma que segue.

As informações são apresentadas em grandes grupos, tratando em pormenor apenas os dados mais relevantes, a fim de tornar a leitura dos quadros técnicos mais fluida e compreensível, sobretudo para aqueles que não são inteiramente familiarizados com as técnicas contábeis e o jargão financeiro.



Análise Horizontal (AH)



A Análise Horizontal representa uma técnica de comparação de uma conta ou grupo de contas do Balanço sobre uma série de períodos. Sua finalidade é verificar as variações sofridas entre os períodos determinados, de modo que possa indicar tendências futuras e projetar dados com certo grau de confiabilidade.

Análise Vertical (AV)



Por sua vez, a Análise Vertical, também conhecida como análise de estrutura, consiste numa técnica de verificação da proporção percentual de cada conta ou grupo de contas dos Balanços em relação ao total do ativo ou do passivo, das receitas ou das despesas.

Esse tipo de análise revela a importância de cada conta ou grupo de contas no contexto da respectiva demonstração.

Análise por Índices ou Coeficientes



As informações trazidas pelos índices contábeis funcionam como indicadores de desempenho e permitem uma visualização rápida e clara da saúde financeira, econômica e fiscal da entidade.

Os indicadores estabelecidos permitem avaliar se os critérios de sustentabilidade econômico-financeira e fiscal existem e são valorizados na gestão da entidade avaliada.

1. SOBRE O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstra a execução orçamentária do exercício, confrontando as receitas previstas e despesas fixadas com aquelas realizadas, conforme preceitua o artigo nº 102 da Lei nº 4.320/64.

Neste demonstrativo as receitas estão dispostas por categoria econômica e as despesas por tipo de crédito, categoria econômica, grupo de despesa ou categoria de gastos.

Demonstramos a seguir quadro que sintetiza as análises vertical e horizontal, referentes ao Balanço Orçamentário dos exercícios de 2020 a 2022, com informações consolidadas do Município do Salvador.

R\$ milhão

Receitas Orçamentárias	Exercício 2020		Exercício 2021		Exercício 2022				2021 > 2022 (tq - d) / d)	2021 > 2022 Var Real
	Realização (a)	A. V. (a) / T(a)	Realização (b)	A. V. (b) / T(b)	Previsão (c)	Realização (d)	Diferença (e) = (d - c)	A. V. (f) / T(f)		
Receitas Correntes (I)	7.065,9	91,78%	7.587,0	94,57%	8.227,9	9.191,5	963,7	95,12%	21,15%	11,27%
Receita Tributária	2.617,4	34,00%	2.889,9	36,02%	3.248,4	3.417,9	169,5	35,37%	18,27%	8,54%
Receita de Contribuições	734,9	9,55%	738,2	9,20%	793,1	798,1	5,0	8,26%	8,11%	-0,58%
Receita Patrimonial	78,4	1,02%	123,6	1,54%	98,0	590,9	492,9	6,11%	377,87%	342,79%
Receita Agropecuária	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Receita Industrial	0,0	0,00%	0,1	0,00%	0,1	0,0	(0,1)	0,00%	-83,28%	-84,00%
Receita de Serviços	12,9	0,17%	35,9	0,45%	24,5	4,3	(20,2)	0,04%	-88,09%	-89,18%
Transferências Correntes	3.498,1	45,44%	3.649,5	45,49%	3.876,4	4.164,8	288,4	43,10%	14,12%	4,89%
Outras Receitas Correntes	124,3	1,61%	149,6	1,87%	187,5	215,6	28,1	2,23%	44,04%	32,10%
Receitas de Capital (II)	633,1	8,22%	435,9	5,43%	1.123,8	472,0	(651,8)	4,88%	8,29%	1,22%
Operações de Crédito	475,2	6,17%	399,1	4,97%	784,9	356,6	(428,3)	3,69%	-10,64%	-16,26%
Alienação de Bens	6,0	0,08%	2,1	0,03%	104,1	6,3	(97,8)	0,07%	196,78%	180,64%
Amortizações de Empréstimos	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Transferências de Capital	52,5	0,68%	13,2	0,16%	174,8	49,1	(125,7)	0,51%	271,07%	242,71%
Outras Receitas de Capital	99,4	1,29%	21,4	0,27%	60,0	60,0	0,0	0,62%	179,92%	152,32%
Recursos Arrecadados em Exerc. Anteriores (III)	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	7.699,0	100,00%	8.022,8	100,00%	9.351,6	9.663,5	311,9	100,00%	20,45%	10,74%
Operações de Crédito/ Refinanciamento (V)	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	7.699,0	100,00%	8.022,8	100,00%	9.351,6	9.663,5	311,9	100,00%	20,45%	10,74%
Déficit (VII)	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Total (VIII) = (VI + VII)	7.699,0	-	8.022,8	-	9.351,6	9.663,5	311,9	-	20,45%	10,74%
Superávit Financeiro (Créditos Adicionais)	1.131,5	-	1.020,4	-	-	1.566,7	-	-	53,53%	40,70%

Despesas Orçamentárias	Exercício 2020		Exercício 2021		Exercício 2022				2021 > 2022 (d - b) / b)	2021 > 2022 Var Real
	Execução (a)	A. V. (a) / T(a)	Execução (b)	A. V. (b) / T(b)	Dotação Inicial (c)	Execução (d)	Diferença (e) = (d - c)	A. V. (f) / T(f)		
Despesas Correntes (IX)	6.718,0	87,63%	6.981,4	91,12%	7.383,0	7.863,4	480,4	86,26%	12,63%	2,27%
Pessoal e Encargos Sociais	3.042,7	39,69%	3.023,6	39,46%	3.346,6	3.239,0	(107,6)	35,53%	7,12%	-3,89%
Juros e Encargos da Dívida	25,4	0,33%	54,7	0,71%	105,8	88,4	(17,5)	0,97%	61,68%	48,79%
Outras Despesas Correntes	3.649,9	47,61%	3.903,2	50,94%	3.930,6	4.536,1	605,5	49,76%	16,21%	6,51%
Despesas de Capital (X)	948,1	12,37%	680,4	8,88%	1.300,1	1.253,0	(47,1)	13,74%	84,16%	69,78%
Investimentos	735,9	9,60%	500,7	6,53%	1.098,0	1.076,2	(21,7)	11,81%	114,95%	99,44%
Inversões Financeiras	56,5	0,74%	59,5	0,78%	115,3	105,3	(10,0)	1,15%	76,82%	57,86%
Amortização da Dívida	155,7	2,03%	120,1	1,57%	86,8	71,4	(15,4)	0,78%	-40,53%	-45,68%
Reserva de Contingência (XI)	-	0,00%	-	0,00%	20,0	-	(20,0)	0,00%	-	-
Reserva do RPPS (XII)	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-
Subtotal das Despesas (XIII) = (IX + X + XI + XII)	7.666,0	100,00%	7.661,8	100,00%	8.703,1	9.116,4	413,3	100,00%	18,99%	8,14%
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	-	0,00%	-	0,00%	0,1	-	(0,1)	0,00%	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XV) = (XIII + XIV)	7.666,0	100,00%	7.661,8	100,00%	8.703,2	9.116,4	413,1	100,00%	18,99%	8,14%
Superávit (XVI)	33,0	0,43%	361,1	4,71%	-	547,2	547,2	6,00%	51,55%	94,42%
Total (XVII) = (XV + XVI)	7.699,0	-	8.022,8	-	8.703,2	9.663,5	960,3	-	20,45%	10,74%

1.1. A análise das receitas permite concluir, principalmente, que:

- No exercício financeiro de 2022 a realização de Receitas Correntes e de Capital foi de 103,34% do total previsto, importando num volume arrecadado de R\$9,7 bilhões;
- O excesso de arrecadação em relação às receitas previstas foi influenciado principalmente pelas receitas tributárias, com realização de 105,22% do quanto previsto; pelas receitas patrimoniais, que superaram em mais de cinco vezes o valor orçado e pelas transferências correntes realizadas em 7,44% a mais que a previsão inicial dessa receita;
- Note que os excessos de arrecadação foram evidenciados em grupos de ingressos operacionais, fruto da atualização dos valores do IPTU e TRSD; da retomada das atividades econômicas, refletindo-se em aumento de arrecadação do ISS; e nos aumentos de transferências, notadamente do FPM, também fruto do reaquecimento da economia, já que sua composição é definida com parte da arrecadação de IR e de IPI da União;

- Quando comparado ao exercício anterior a arrecadação teve um aumento real, ou seja, descontada a inflação, superior a 10,74%. O mesmo comportamento foi observado em praticamente todas as receitas correntes e de capital, excetuando as receitas industriais, de serviços e operações de crédito, que registraram redução percentual e que juntas não representam mais que 3,70% do total arrecadado e da receita de contribuição que permaneceu estagnada quando comparado ao exercício anterior (redução de 0,58%);
- As receitas tributárias, que responderam por mais de 35% do total realizado, lograram um aumento real de 8,54% quando comparado ao exercício anterior, o que em valores nominais corresponde a um incremento de recursos de R\$528 milhões, fato este diretamente relacionado ao aquecimento da economia no município com o fim da pandemia e a retomada da confiança por parte da população em geral; à atualização monetária aplicada aos tributos sobre bens imóveis; e à mudança de critério nas retenções de impostos sobre a renda, com mudança nos percentuais de antecipação de alíquota aplicados aos fornecedores de bens e serviços da PMS;
- A receita de maior crescimento percentual real foi a patrimonial, impulsionada sobremaneira pelos rendimentos de aplicação financeira, com margens aumentadas em função do cenário inflacionário e das altas taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central no exercício de 2022;
- Ainda sobre as receitas correntes, as Transferências Correntes foram responsáveis por 43,10% do total arrecadado, sendo dentro desta origem de receitas o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o principal componente, respondendo por 27,30% destas transferências. Quando comparado ao exercício anterior, é possível observar um aumento de 17,1%, em valores reais, motivado pela retomada da atividade econômica no país, uma vez que este é formado por uma cesta de dois impostos federais, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- As transferências correntes apresentaram um aumento superior a R\$ 515 milhões em valores nominais quando comparados ao valor arrecadado em 2021, com forte influência das transferências do FUNDEB, que, em decorrência de alteração na legislação ocorrida em 2020, passaram por sucessivos aumentos de aportes de recursos a partir de 2021. Em 2022



registrou-se nas receitas relacionadas ao FUNDEB um aumento de 17,51%, o equivalente a um acréscimo em valores absolutos superior a R\$ 134 milhões. De outro lado, as transferências vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), outra fonte de financiamento das ações na gestão do ensino, apresentaram uma redução de 11% em sua realização;

- Outra parcela importante das transferências correntes oriundas da União, as transferências vinculadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, apresentou um aumento quando comparado ao exercício anterior, em valores absolutos, de R\$ 43 milhões, entretanto, desconsiderando a inflação para o período, em valores relativos, representou uma redução 3,94%, tal fato deve-se principalmente a redução dos valores recebidos para combate a pandemia que sofrem uma redução real de 91,44%;
- As transferências da cota parte ICMS, maior receita transferida pelo estado ao município sofreu uma retração de 7,18% em valores reais entre o período de 2021 e 2022. Isso decorreu de dois fatores principais: o expurgo dos combustíveis da base de cálculo do imposto, dada a isenção conferida pelo governo federal e pela redução do índice de valor adicionado, fruto da diferença entre valor de saídas e de entradas de mercadorias e de insumos nos últimos 2 anos. O índice de Salvador variou de 11,9531114 em 2021 para 11,1788112 em 2022. Essa redução pode ser explicada pelo aumento do valor agregado de outros municípios do estado e pela redução atividade do comércio físico, com substituição, por exemplo, pelas compras via internet ou em outras localidades;
- A análise vertical revela não haver grandes variações na formação da receita total entre os exercícios de 2021 e 2022: nesses exercícios, respectivamente, as transferências correntes e a receita tributária são responsáveis pela formação de 81,51%, e 78,47% da receita total;
- A arrecadação de receitas de capital nos dois exercícios analisados foi percentualmente pequena quando comparada à arrecadação de receitas correntes. Em 2022 as receitas de capital foram responsáveis pela formação de 4,88% da receita total, fato explicado especialmente pela frustração na alienação de bens, nos recebimentos de convênios de capital e nas operações de crédito.



1.2. A análise das despesas permite concluir, principalmente, que:

- A execução da despesa foi de 104,80% do orçamento inicial no ano de 2022, percentual esse possibilitado pela abertura de créditos adicionais oriundos de superávits financeiros de exercícios anteriores e dos excessos de arrecadação configurados durante o exercício e que adicionados ao orçamento possibilitaram a realização de despesas totais na ordem de R\$9,1 bilhões;
- Nota-se elevação nos níveis de investimentos realizados quando comparados aos exercícios anteriores. Ao contrário do ocorrido em 2021, quando as despesas de capital sofreram uma redução em relação ao período imediatamente anterior, no exercício de 2022 fora registrado um aumento real superior a 69% nesta categoria de despesa;
- O aumento das despesas de capital foi acentuado nos gastos com investimentos, com volume de R\$1.076 milhões, denotando o aumento real de mais 99% em relação ao total investido em 2021;
- As inversões financeiras também tiveram execução superior que o exercício anterior em 57,86%, tendo aplicadas majoritariamente para pagamentos do elemento relativo a sentenças judiciais;
- Os desembolsos com o pagamento de dívida pública reduziram em 45,68% em decorrência da quitação, em 2021, do parcelamento do FGTS e da operação PNAFM I, além da reclassificação da natureza de despesa adotada para o registro dos pagamentos de precatórios, que até 2021 era feito no grupo 46 – Amortização da Dívida;
- Por sua vez, as Despesas Correntes cresceram apenas 2,27% em valores reais. Dentre as despesas correntes o grupo que mais contribuiu para o seu crescimento total foi o de Outras Despesas Correntes, com 6,51% em relação ao exercício anterior, ou em números absolutos, R\$ 633 milhões. Nesse grupo estão contidos todos os gastos operacionais da PMS e alguns gastos relacionados às atividades finalísticas, exceto aqueles referentes às despesas com pessoal e com juros da dívida pública;
- Sobre as despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais, verificou-se uma expansão de 7,12%, o equivalente a um aumento de R\$ 215,39 milhões, quando comparado ao exercício de 2021. Em valores reais, porém, ou seja, quando retirada a influência da inflação, observa-se uma retração de 3,89% neste tipo de despesa, fruto da ligeira redução das despesas com aposentadorias e pensões, que decresceu de 8,69% para



8,46% e da diminuição das despesas com mão de obra temporária, reduzida em 24,88% em relação ao exercício anterior;

- As Despesas Correntes no exercício de 2022 tiveram seu maior volume distribuído entre os grupos de Pessoal e Outras Correntes, 35,53% e 49,76%, respectivamente;

1.3. Sobre o Resultado Orçamentário

A comparação das receitas arrecadadas com a despesa fixada importa num superávit orçamentário de R\$ 547 milhões, ou seja, nem toda a arrecadação do exercício foi utilizada em despesas dessa competência, havendo sobra de recursos que poderá ser aplicada no exercício seguinte, com a apropriação de novas despesas ou suplementação de programação já existente ao orçamento, por meio de créditos financiados por superávit financeiro.

Esse resultado é 51,55% maior que obtido no exercício anterior, tendo sido motivado pelo crescimento da receita em percentuais maiores que aqueles aplicados ao crescimento da despesa.

1.4. Principais Índices e Indicadores Associados ao Balanço Orçamentário

$$1.4.1. \text{Execução da Receita- } ER = \left(\frac{RE}{RP} \right)$$

Onde: RE = Receita Executada

RP= Receita Prevista

Esse Quociente representa o quanto da receita inicial prevista no orçamento foi efetivamente realizada no exercício financeiro, que, no Brasil, coincide com o calendário do ano civil.

O Município alcançou em 2022 o índice de 103,34%, com um excesso de arrecadação de 3,34%, portanto.

$$ER = \frac{9.664}{9.352} = 103,34\%$$

Nota: Valores em R\$ milhões



A avaliação horizontal do índice, ou seja, a comparação da mensuração no exercício anterior demonstra uma melhora de desempenho em relação a 2021, que mediu 97,72%.

O grupo que mais contribuiu para o aumento percentual verificado em 2022 foi o das Receitas Patrimoniais, que se destacou por superar a previsão inicial em R\$493 milhões. Em segundo lugar as Transferências Correntes com um valor de R\$ 288 milhões maior que o inicialmente previsto.

$$1.4.2. \text{ Equilíbrio Orçamentário – EqO} = \left(\frac{\text{DFix}}{\text{RP}} \right)$$

Onde: DFix= Despesa Fixada Atualizada

RP= Receita Prevista

O equilíbrio orçamentário é uma característica dos orçamentos em que as receitas se igualam às despesas e, via de regra, essa é a métrica utilizada para construção da peça orçamentária anual.

O indicador tem o objetivo de permitir o acompanhamento do total das despesas fixadas - DFix em relação à previsão de receitas no orçamento. Em outras palavras, permite verificar se foram abertos créditos sem indicação de fontes de financiamento.

Ao final do exercício de 2022 a despesa fixada era maior que a receita prevista em 17% (índice de 1,17).

$$EqO = \frac{10.918}{9.352} = 1,17$$

Nota: Valores em R\$ milhões

Essa diferença percentual foi fruto dos créditos suplementares abertos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior na ordem de R\$1.567 milhões, ou seja, créditos abertos para execução de despesas em 2022, financiados com parte da disponibilidade financeira do ano anterior não comprometida com restos a pagar ou outros compromissos financeiros.



$$1.4.3. \text{ Execução da Despesa – ED} = \left(\frac{\text{DE}}{\text{DF}} \right)$$

Onde: DE = Despesa Executada

DF = Despesa Fixada na LOA

Se o resultado dessa apuração representar um número maior que 1, isso significa que despesas foram executadas em volume maior que aquele originalmente autorizado pelo Poder Legislativo, sendo a única opção legal para este fim, o uso de créditos por superávit financeiro.

No Município esse resultado foi de 1,05, revelando que para cada R\$1,00 de Despesa Orçamentária Fixada foram executados R\$1,05 de despesa, considerando, inclusive, os superávits concedidos durante o exercício.

$$ED = \frac{9.116}{8.703} = 1,05$$

Nota: Valores em R\$ milhões

Em outras palavras, pode-se afirmar que os créditos abertos por superavit possibilitaram a expansão das despesas do Município para além das receitas arrecadadas no mesmo período.

No exercício anterior, observou-se a execução de um valor menor que a despesa, fixada com o indicador mensurado de 0,95, o que no caso indicou a execução do orçamento em valores menores que o teto autorizado pela LOA.

$$1.4.4. \text{ Resultado Orçamentário – RO} = \left(\frac{\text{RE}}{\text{DE}} \right)$$

Onde: RE = Receita Executada

DE = Despesa Executada

O resultado dessa equação visa demonstrar a existência de 'superávit', resultado maior que 1, ou de 'déficit' orçamentário, resultado menor que 1.



No Município do Salvador o resultado da equação apresentou um índice superavitário no valor de 1,06, prova de que as despesas do exercício, inclusive aquelas inscritas em restos a pagar, apresentaram arrecadação correspondente (lastro financeiro) para sua execução no exercício.

$$RO = \frac{9.664}{9.116} = 1,06$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice de 2021 também apresentou resultado superavitário de 1,05.

$$1.4.5. \text{ Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária} = \left(\frac{RO}{DOPg} \right)$$

Onde: RO = Receita Orçamentária

DOPg = Despesa Orçamentária Paga

O resultado do Município foi 1,11, o que significa dizer que houve superávit orçamentário e financeiro (sobra de recursos para utilização no ano seguinte), pois, as receitas orçamentárias excederam às despesas orçamentárias pagas.

$$QuFinReal = \frac{9.664}{8.693} = 1,11$$

Nota: Valores em R\$ milhões

Em 2021, o quociente, também, de 1,11 indicou um superávit orçamentário e financeiro.

$$1.4.6. \text{ Quociente da Execução Orçamentária Corrente} = \left(\frac{RC}{DCPg} \right)$$

Onde: RC = Receita Corrente

DCPg = Despesa Corrente Paga

Esse quociente representa situação de equilíbrio quando as Receitas Correntes são suficientes para cobertura das Despesas Correntes.



No Município o resultado foi de 1,22, logo foi possível cobrir todas as despesas correntes com as receitas auferidas nesta mesma modalidade, restando ainda, aproximadamente, 22% destas que, puderam ser utilizados na prática saudável de financiamento de investimentos com recursos correntes, sem, necessariamente, a imposição de contratação de endividamento ou da rolagem de dívida para cobertura de custeio.

$$QuFinReal Cor = \frac{9.192}{7.544} = 1,22$$

Nota: Valores em R\$ milhões

No exercício anterior o quociente de 1,14, demonstrou um excedente de 14% das receitas correntes após o pagamento das despesas correntes.

$$1.4.7. \text{ Quociente da Execução Orçamentária de Capital} = \left(\frac{RCap}{DCapPg} \right)$$

Onde: RCap = Receita Capital

DCapPg = Despesa Capital Paga

Quando este resultado é menor que 1 tem-se uma situação favorável, pois significa que excedente das Despesas de Capital foi pago com Receitas Correntes.

No Município esse resultado foi igual 0,41, logo, observa-se que o excedente das despesas de capital no montante de R\$677 milhões foi custeado com saldo de receita corrente.

$$QuFinReal Cap = \frac{472}{1.149} = 0,41$$

Nota: Valores em R\$ milhões

Em 2021 alcançamos o quociente de 0,76, demonstrando também naquele exercício a execução de despesa de capital com uso de saldo de poupança corrente.



2. SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL

No Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Salvador, encerrado em 31.12.2022, encontram-se demonstradas de forma estática, a situação dos bens, direitos e obrigações, representada pelos grupos dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Evidencia-se também o saldo patrimonial do exercício, conforme determina a Lei 4.320/64 em seu Art. nº 105.

Foram classificados como ativos financeiros aqueles diretamente relacionados à circulação de espécie, ou seja, que de algum modo se correlacionam com grupos de caixa e seus equivalentes. O atributo de ativo permanente, por seu turno, foi conferido a direitos e bens que não podem ser imediatamente convertidos em espécie. Todos os ativos estão dispostos de acordo com seu grau de liquidez, em ordem decrescente.

Foram classificados como passivos financeiros todos aqueles já submetidos à execução orçamentária e outros de natureza extra orçamentária de natureza compensatória, tendo recebido todos os demais o atributo de permanente. Os passivos estão dispostos em ordem decrescente de exigibilidade.

Ativos e passivos foram separados em circulante e não circulante, tendo em vista a expectativa de realização mediata ou imediata ou em longo prazo (mais de 365 dias). Sempre que possível, os grupos de curto e de longo prazo de natureza semelhante tiveram sua avaliação feita em conjunto.

Os tópicos seguintes representam uma síntese das análises vertical e horizontal do Balanço Patrimonial Consolidado, excluídas as operações de natureza intra orçamentária, portanto, correspondentes aos exercícios de 2020 a 2022.

2.1. Resultados da Análise Horizontal e Vertical dos Ativos

Ativos são recursos controlados no presente pela entidade como resultado de evento passado. A prática contábil determina que se associem a esse grupo de contas as disponibilidades e ingressos restituíveis, os créditos e demais direitos e bens.

A avaliação dessa parte do patrimônio da entidade Prefeitura Municipal de Salvador encontra-se apresentada nas páginas seguintes, de acordo com os percentuais atribuídos pela técnica de análise horizontal e vertical.



2.1.1. Ativo Circulante

	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 (c - a) / a)	2021 > 2022 (c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
R\$ milhão										
ATIVO										
ATIVO CIRCULANTE										
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.759,3	4,61%	2.270,3	5,30%	3.030,1	6,12%	72,23%	33,47%	47,12%	20,95%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	1.759,3	4,61%	2.270,3	5,30%	2.886,8	5,83%	64,09%	27,15%	40,43%	15,44%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUIVEIS E VINCULADOS	-	0,00%	-	0,00%	143,3	0,29%	-	-	-	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.545,3	4,05%	1.889,0	4,41%	2.393,8	4,83%	54,91%	26,72%	18,43%	11,96%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	1.410,9	3,70%	1.655,8	3,87%	2.125,6	4,29%	50,66%	28,37%	14,08%	12,08%
CLIENTES	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	0,00%	0,3	0,00%	19,6	0,04%	-	6745,76%	-	6491,25%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	166,6	0,44%	275,6	0,64%	273,5	0,55%	64,22%	-0,74%	44,10%	4,83%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	11,9	0,03%	10,9	0,03%	10,7	0,02%	-10,09%	-1,82%	-19,90%	-9,97%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	(44,0)	-0,12%	(53,5)	-0,12%	(35,6)	-0,07%	-19,08%	-33,48%	-25,34%	-38,21%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	452,4	1,19%	424,6	0,99%	321,9	0,65%	-28,85%	-24,20%	-36,90%	-31,28%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	72,6	0,19%	101,7	0,24%	107,6	0,22%	48,10%	5,79%	22,89%	-3,84%
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,0	0,00%	0,1	0,00%	0,1	0,00%	73,37%	-0,07%	49,72%	-4,51%
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	309,0	0,81%	271,4	0,63%	121,2	0,24%	-60,76%	-55,33%	63,46%	57,38%
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,0	0,00%	-	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	72,9	0,19%	64,4	0,15%	130,7	0,26%	79,37%	102,90%	56,37%	68,47%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CP	(2,1)	-0,01%	(12,9)	-0,03%	(37,7)	-0,08%	1678,76%	191,13%	1464,07%	177,35%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	18,0	0,05%	9,1	0,02%	118,2	0,24%	556,44%	1194,15%	393,78%	645,38%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18,0	0,05%	9,1	0,02%	9,7	0,02%	-45,97%	6,51%	-58,12%	-36,78%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO - RPPS	-	0,00%	-	0,00%	108,4	0,22%	-	-	-	-
ESTOQUES	309,7	0,81%	323,4	0,76%	307,7	0,62%	-0,63%	-4,84%	-13,36%	-13,87%
MERCADORIAS PARA REVENDA OU DOAÇÃO	-	0,00%	4,7	0,01%	5,4	0,01%	-	15,25%	-	8,82%
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
MATÉRIAS-PRIMAS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
ALMOXARIFADO	297,0	0,78%	318,7	0,74%	302,3	0,61%	1,78%	-5,14%	-11,18%	-13,90%
OUTROS ESTOQUES	12,7	0,03%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-99,80%	56,05%	-99,80%	-97,60%
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	-	0,00%	82,0	0,19%	79,5	0,16%	-	-3,05%	-	-3,57%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-11,31%	61,57%	-23,09%	-36,13%
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	614,38%	310,62%	490,74%	189,52%
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-33,47%	31,29%	-41,75%	13,90%
Total do ATIVO CIRCULANTE	4.084,7	10,71%	4.998,4	11,68%	6.251,1	12,62%	53,04%	25,06%	25,41%	12,09%
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	28.351,3	74,35%	31.495,6	73,59%	35.962,3	72,61%	26,85%	14,18%	8,58%	3,66%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	28.348,2	74,34%	31.415,2	73,40%	35.959,1	72,61%	26,85%	14,46%	9,42%	3,67%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	13.074,9	34,29%	14.945,8	34,92%	21.158,8	42,72%	61,83%	41,57%	38,55%	28,12%
CLIENTES	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-	0,00%	-	-0,53%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	20.670,1	54,21%	22.003,2	51,41%	19.939,4	40,26%	-3,54%	-9,38%	-16,08%	-17,65%
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	421,9	1,11%	519,5	1,21%	618,9	1,25%	46,67%	19,14%	26,39%	8,11%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.818,8)	-15,26%	(6.053,3)	-14,14%	(5.758,0)	-11,63%	-1,05%	-4,88%	-14,38%	-13,76%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	3,1	0,01%	5,9	0,01%	3,2	0,01%	2,54%	-45,22%	-7,51%	-47,28%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	-	0,00%	74,5	0,17%	-	0,00%	-	-100,00%	-	-100,00%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	0,00%	74,5	0,17%	-	0,00%	-	-100,00%	-	-100,00%
INVESTIMENTOS	0,3	0,00%	-	0,00%	4,8	0,01%	1641,94%	-	1358,39%	-
OBRAS DE ARTE E OUTROS BENS SINGULARES	0,3	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	-	0,00%	-	0,00%	4,8	0,01%	-	-	-	-
IMOBILIZADO	5.648,8	14,81%	6.251,7	14,61%	7.228,9	14,60%	27,97%	15,63%	10,51%	4,85%
BENS MÓVEIS	467,1	1,22%	501,7	1,17%	687,8	1,39%	47,25%	37,10%	26,43%	23,43%
BENS IMÓVEIS	5.336,4	13,99%	5.936,3	13,87%	6.769,0	13,67%	26,84%	14,03%	9,60%	3,47%
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(154,7)	-0,41%	(186,2)	-0,44%	(227,9)	-0,46%	47,35%	22,40%	27,35%	11,20%
INTANGÍVEL	46,9	0,12%	51,8	0,12%	78,8	0,16%	67,89%	52,03%	44,02%	36,77%
SOFTWARES	47,0	0,12%	52,0	0,12%	78,9	0,16%	67,79%	51,80%	43,93%	36,57%
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(0,1)	0,00%	(0,2)	0,00%	(0,1)	0,00%	24,09%	-19,41%	6,58%	-25,17%
Total do ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.047,4	89,29%	37.799,1	88,32%	43.274,7	87,38%	27,10%	14,49%	9,66%	3,73%
TOTAL DO ATIVO	38.132,1	100,00%	42.797,5	100,00%	49.525,9	100,00%	29,88%	15,72%	11,45%	4,73%

O Ativo Circulante possui expectativa de realização inferior a 12 meses. Seus principais grupos são:

- **Caixa e Equivalente de Caixa:** Compreendem o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.
- **Créditos de Curto Prazo:** Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis em até 12 meses da data de encerramento das demonstrações.

- **Demais Créditos e Valores de Curto Prazo:** Compreendem os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.
- **Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo:** Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.
- **Estoques:** Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.
- **Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:** Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Em relação aos subgrupos do ativo circulante é importante ressaltar, que:

- Na Prefeitura de Salvador o ativo circulante entre os exercícios de 2021 e 2022 apresentou um aumento real de 12,09%, motivado principalmente pelo considerável crescimento dos valores em Caixa, com elevação percentual real de 20,95%, R\$ 760 milhões, em valores absolutos. O aumento das disponibilidades está diretamente relacionado ao crescimento da arrecadação, em especial, das receitas de origem tributárias, de transferências e patrimonial, que tiveram uma expressiva elevação de mais de R\$ 1.043 milhões quando comparado ao exercício de 2021;
- O subgrupo de caixa e equivalente de caixa é o de maior representatividade na composição do ativo circulante com um percentual maior que 48,47%;
- Dentre os créditos de curto prazo destacam-se os créditos tributários constituídos principalmente pelos valores a receber de ISS, IPTU, TRSD e TFF, contabilizados pelo regime de competência;
- Os créditos tributários inscritos em dívida ativa de curto prazo mantiveram praticamente a mesma representatividade nos ativos, tendo havido uma redução real do estoque de curto prazo e aumento das expectativas de perdas. Isso explica-se pelo aprimoramento das cobranças administrativas, que tanto alcançam a efetividade na quitação dos débitos antes da inscrição quanto reduz a inscrição àqueles débitos de mais difícil recuperação;



- Os Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo receberam acréscimo real superior a 645,38% entre os exercícios de 2021 e 2022, motivado, sobretudo, pela alta das taxas básicas de juros estabelecida pelo Banco Central, aliada ao aumento das disponibilidades financeiras nas diversas aplicações mantidas pela prefeitura. Em valores nominais observou-se um incremento de R\$ 109 milhões;
- Sobre os estoques, que compreendem os materiais adquiridos pelo Município com o objetivo de utilização própria no curso e desenvolvimento das suas atividades de prestação de serviços à coletividade, nota-se uma redução de 13,87%, entre 2021 e 2022, em valores reais, com grande influência na redução das compras para contenção dos efeitos sobre a saúde e situação de vulnerabilidade social deixadas pela pandemia.

2.1.2. Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante, ao contrário do Circulante, possui expectativa de realização superior a 12 meses. Seus principais grupos são:

- **Ativo Realizável em Longo Prazo:** Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.
- **Investimentos:** Compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável em longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.
- **Imobilizado:** Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.
- **Intangível:** Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Em relação a esse grupo de contas, é importante destacar:

- O Ativo Não Circulante apresentou um incremento real de 3,73% entre o exercício de 2021 e de 2022, tendo como principal impulsionadora deste aumento a linha referente ao Ativo Realizável em Longo Prazo, que



cresceu de R\$31,496 bilhões para R\$35,962 bilhões em valores reais (3,66%), com destaque para os créditos tributários de longo prazo;

- Os Créditos Tributários a Receber, com saldo de R\$21,159 bilhões em 31.12.2022, tiveram os maiores valores absolutos de crescimento (R\$ 6,213 bilhões), fortemente influenciado pelo aumento dos créditos de IPTU, fruto do cenário de juros altos, que impulsionou a atualização dos créditos vencidos e a vencer, bem assim do lançamento de novos imóveis e da revisão dos parâmetros cadastrais, com correção de cenários distorcidos de cobrança;
- Sobre a Dívida Ativa Tributária, observa-se grande influência na composição dos valores do Ativo Não Circulante (46,08% no exercício de 2022). Muitos dos créditos são de difícil recuperação, motivo pelo qual se registra expectativa de perda em relação a eles. Nota-se redução do estoque da dívida ativa de longo prazo, fruto, além da arrecadação, das ações de saneamento do cadastro, com cancelamento de inscrições incobráveis e com redução das inscrições pelo sucesso das cobranças administrativas, anteriores ao processo de judicialização da cobrança.
- As contas redutoras de créditos a receber se prestam a trazer os ativos para valores mais próximos de sua possibilidade de realização. Nesse contexto, foram registrados R\$5,76 bilhões de perdas prováveis;
- O ativo imobilizado representou 14,60% do total do Ativo em 2022. O grupo é composto de Bens Móveis e Imóveis, sendo a conta de Bens Imóveis a de maior representatividade (13,67%). Nelas estão contidos tanto os bens de uso comum do povo, a exemplo de praças, ruas e avenidas (inclusive as obras em andamento), como os bens de uso especial, aqueles em que o poder público utiliza com funções de patrimônio privado, como os imóveis comerciais, e, ainda, os bens dominicais, aqueles utilizados pelo Poder Público no exercício de suas funções de estado.



2.1.3. Avaliação Sintética dos Ativos com Atributo Financeiro

Da análise dos ativos totais do Município (circulante e não circulante) com classificação de atributo financeiro, importa destacar que:

- Em 2021 o ativo financeiro contribuía em 6,12% para a formação do ativo total; em 2022 este índice subiu para 6,59%, refletindo a variação positiva do caixa e equivalentes de caixa entre os exercícios;
- Em 31.12.2022 o ativo financeiro apresentava saldo de R\$3,266 bilhões, composto principalmente por contas de Investimentos; do Fundo de Reserva do Tribunal de Justiça; da Conta Especial de Precatórios, além de outras contas de natureza Financeira com valores menos expressivos. Esse valor foi maior em R\$648 milhões que o valor do mesmo grupo no final do exercício anterior;
- Os recursos financeiros que passam de um exercício para o outro se destinam ao pagamento dos restos a pagar inscritos e outros compromissos de natureza financeira e para abertura de créditos adicionais por superávit financeiro. O saldo transportado foi de R\$3,266 bilhões;
- Depois de abatidos os compromissos financeiros, à sobra de recursos livres dá-se a denominação de superávit financeiro. O superávit financeiro apurado em 2022 foi de R\$2,453 bilhões, registrando um crescimento real de 26,99% em comparação ao exercício imediatamente anterior (diferença nominal de R\$608 milhões). Todas as fontes do Município tiveram superávit financeiro;
- O quadro abaixo, parte do Balanço Patrimonial, indica o superávit financeiro apurado em cada fonte de recursos, ou seja, o volume de ativos financeiros não comprometidos em 31.12.2022, considerando a vinculação de sua aplicação de acordo com suas origens, tendo havido maior crescimento nominal nas fontes do Tesouro (0.1.00) e previdenciária (0.2.03) em montantes de R\$372 milhões e R\$136 milhões, respectivamente.





RS milhão

Superávit/ Déficit Financeiro	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2022 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
0.1.00 Tesouro	676,9	47,18%	730,2	39,58%	1.102,3	44,94%	62,83%	50,95%	39,19%	40,13%
0.1.01 Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Educação	2,3	0,16%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
0.1.02 Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,3	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
0.1.07 CODECON - Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor	5,9	0,41%	6,3	0,34%	7,4	0,30%	25,57%	18,00%	9,04%	6,56%
0.1.09 Outras Fontes - Tesouro	14,0	0,98%	1,0	0,05%	2,6	0,10%	-81,71%	159,43%	-86,36%	57,31%
0.1.10 FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia	0,3	0,02%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-97,90%	31,91%	-98,19%	-59,20%
0.1.13 ODC - Outorga Onerosa do Direito de Construir	10,7	0,74%	8,7	0,47%	22,5	0,92%	111,30%	159,79%	79,04%	121,74%
0.1.16 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	4,5	0,31%	0,9	0,05%	1,8	0,07%	-60,00%	98,19%	-65,95%	26,20%
0.1.17 COSIP - Contribuição p/ Custeio da Iluminação Pública	31,3	2,18%	4,6	0,25%	14,5	0,59%	-53,56%	218,50%	-63,34%	67,56%
0.1.24 Transferências de Convênio - Outros	39,9	2,78%	33,4	1,81%	36,5	1,49%	-8,71%	9,08%	-20,46%	-2,05%
0.1.30 Transferência do Fundo de Investimento Econômico Social-FIES	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,00%	0,00%	-13,37%	-9,42%
0.1.42 ROYALTIES/Fundo Esp.Petroleo/Comp. Finan.Exp.Rec.Minerais	20,9	1,45%	6,6	0,36%	17,8	0,73%	-14,74%	169,55%	-26,83%	94,67%
0.1.90 Operações de Crédito Internas	10,4	0,72%	15,9	0,86%	26,2	1,07%	151,93%	64,97%	161,05%	54,79%
0.1.91 Operações de Crédito Externas	58,2	4,05%	213,2	11,55%	76,2	3,11%	31,05%	-64,24%	16,86%	-63,39%
0.1.92 Alienações de Bens	7,2	0,50%	9,6	0,52%	1,9	0,08%	-73,20%	-79,89%	-72,11%	-77,43%
0.2.03 Contrib. p/ o Regime Próprio de Prev. Social - RPPS	114,5	7,98%	211,9	11,49%	347,7	14,18%	203,75%	64,06%	170,63%	67,00%
0.2.04 Contribuição ao Prog. Ensino Fundamental - Salário Educação	15,7	1,09%	30,6	1,66%	41,0	1,67%	161,62%	34,06%	126,11%	22,75%
0.2.11 Outras Fontes - FMDCA	15,9	1,11%	22,9	1,24%	39,1	1,59%	146,38%	70,84%	111,00%	54,61%
0.2.12 Rec. Próprios Fundo Municipal de Mobilidade Urbana	1,4	0,10%	2,2	0,12%	1,8	0,07%	-18,38%	13,58%	-48,21%	-
0.2.14 Transferências do SUS Federal - Bloco de Custeio	177,2	12,35%	185,1	10,03%	229,4	9,35%	29,49%	23,95%	12,30%	16,74%
0.2.15 Transferência de Rec. do Fundo Nacional Deserv.Educ. - FNDE	3,1	0,21%	2,8	0,15%	2,8	0,11%	-8,30%	-0,78%	-21,15%	-10,64%
0.2.18 Transf. FUNDEB (Aplc. Remuneração dos Profiss. Educação)	1,0	0,07%	0,0	0,00%	10,1	0,41%	946,55%	-	240,41%	-
0.2.19 Transf. FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica)	31,0	2,16%	25,9	1,40%	5,1	0,21%	-83,50%	-80,29%	-84,25%	-80,07%
0.2.20 Recursos de Complementação da União - Transf. FUNDEB 60%	48,4	3,37%	200,4	10,86%	282,2	11,51%	483,36%	40,81%	401,15%	30,40%
0.2.21 Recursos de Complementação da União - Transf. FUNDEB 40%	15,5	1,08%	17,5	0,95%	17,5	0,71%	13,05%	0,00%	-1,05%	-9,42%
0.2.22 Transferências de Convênio - Educação	5,9	0,41%	4,6	0,25%	5,6	0,23%	-5,40%	21,65%	-17,65%	6,87%
0.2.23 Transferências de Convênio - Saúde	1,8	0,12%	2,6	0,14%	2,7	0,11%	50,35%	4,12%	30,42%	-5,62%
0.2.24 Convênios - Fonte Própria Adm. Direta	-	0,00%	-	0,00%	1,0	0,04%	-	-	-	-
0.2.25 Transferências de Recursos do FNDE - PDDE	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-70,28%	-65,92%	-72,65%	-66,93%
0.2.26 Transferências de Recursos do FNDE - PNAE	14,1	0,98%	14,4	0,78%	9,2	0,38%	-34,57%	-36,02%	-41,67%	-41,83%
0.2.28 Transf. de Recursos Estaduais Dest. Prog. Assistência Social	3,0	0,21%	5,4	0,29%	8,7	0,35%	185,65%	62,14%	146,97%	50,47%
0.2.29 Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência - FNAS	34,6	2,41%	21,7	1,17%	29,5	1,20%	-14,61%	36,31%	-26,49%	19,29%
0.2.32 Transferências do SUS Federal - Bloco de Investimento	8,7	0,61%	11,2	0,61%	13,8	0,56%	57,52%	22,81%	38,85%	12,48%
0.2.33 Transferências do SUS Estadual - Bloco de Custeio	15,3	1,07%	17,2	0,93%	17,1	0,70%	12,11%	-0,48%	-1,44%	-8,97%
0.2.34 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	2,8	0,19%	2,5	0,14%	4,5	0,18%	60,98%	75,31%	38,03%	55,70%
0.2.50 Receita Própria de Entidades de Administração Indireta	40,0	2,79%	33,3	1,80%	71,6	2,92%	78,68%	115,18%	48,89%	92,62%
0.2.51 Convênio de Entidades de Administração Indireta	2,3	0,16%	2,4	0,13%	2,6	0,11%	15,92%	11,43%	0,09%	0,83%
0.2.92 Outras Fontes de Entidades de Administração Indireta	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	2,00%	1,59%	-11,64%	-8,00%
9.9.99 Fonte Extra Orçamentária	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Total das Fontes de Recursos	1.434,7	100,00%	1.844,8	100,00%	2.452,6	100,00%	70,95%	32,95%	46,39%	26,99%

Por fim, a seguir se apresenta quadro que compõe o Balanço Patrimonial de 2022 e contém o resumo do total dos ativos financeiros e permanentes, bem assim a movimentação nas contas de controle, nas quais se registram os atos potenciais ativos a executar.

Tais contas compreendem os atos e fatos que possam a vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente, como por exemplo, garantias e contragarantias concedidas ao ente, que entre os exercícios de 2021 e 2022 registraram aumento real de 2,58%, em valores absolutos R\$ 109 milhões.

RS milhão

Ativos Financeiros e Permanentes	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2022 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
ATIVO										
Ativo Financeiro	2.080,64	5,46%	2.618,22	6,12%	3.265,78	6,59%	56,96%	24,73%	34,52%	13,11%
Ativo Permanente	36.051,42	94,54%	40.179,32	93,88%	46.260,09	93,41%	28,32%	15,13%	10,11%	4,18%
Total Ativo (I)	38.132,06	100,00%	42.797,54	100,00%	49.525,86	100,00%	29,88%	15,72%	11,45%	4,73%

Contas de Compensação	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2022 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
Atos Potenciais Ativos										
Garantias e Contragarantias Recebidas	541,05	100,00%	871,44	100,00%	980,35	100,00%	81,20%	12,50%	57,32%	2,58%
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Congêneros	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Direitos Contratuals	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Total do Atos Potenciais Ativos	541,05	100,00%	871,44	100,00%	980,35	100,00%	81,20%	12,50%	57,32%	2,58%



2.2. Resultados da Análise Horizontal e Vertical dos Passivos e do Patrimônio Líquido

Passivos são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. A prática contábil determina que se associem a esse grupo de contas os débitos com pessoal, fornecedores, aqueles de origem tributária, de financiamento e quaisquer outros que derivem ou não da atividade operacional da entidade, inclusive os de origem extra orçamentária.

A síntese da avaliação dessa parte do patrimônio da entidade Prefeitura Municipal de Salvador encontra-se apresentada nas páginas seguintes, de acordo com os percentuais atribuídos pela técnica de análise horizontal e vertical.

	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2022 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
PASSIVO CIRCULANTE										
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	298,8	0,78%	325,9	0,76%	323,5	0,65%	8,29%	-0,73%	-7,64%	-11,12%
PESSOAL A PAGAR	242,3	0,64%	285,5	0,67%	266,8	0,54%	10,11%	-6,54%	-6,15%	-15,67%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-	0,00%	0,8	0,00%	3,4	0,01%	-	336,38%	-	38,87%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	56,5	0,15%	39,6	0,09%	53,4	0,11%	-5,48%	34,60%	-18,77%	18,09%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	36,6	0,10%	17,6	0,04%	120,9	0,24%	230,45%	588,38%	180,05%	452,26%
FORNEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	87,9	0,23%	131,6	0,31%	99,4	0,20%	13,16%	-24,47%	-4,39%	-29,33%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,1	0,00%	0,3	0,00%	0,1	0,00%	-26,88%	-67,54%	-17,51%	21,79%
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	0,0	0,00%	-	-	-	-
PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	1,6	0,00%	-	-	-	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	360,4	0,95%	336,0	0,79%	343,9	0,69%	-4,60%	2,33%	-16,42%	-7,98%
OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS	0,1	0,00%	0,1	0,00%	0,1	0,00%	15,98%	10,18%	1,86%	3,40%
VALORES RESTITUÍVEIS	351,4	0,92%	313,7	0,73%	331,0	0,67%	-5,79%	5,54%	-17,76%	-5,81%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9,0	0,02%	22,3	0,05%	12,7	0,03%	41,48%	-42,86%	35,75%	-40,53%
Total do PASSIVO CIRCULANTE	783,8	2,06%	811,4	1,90%	889,3	1,80%	13,47%	9,61%	-2,49%	-1,59%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE										
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	319,5	0,84%	347,8	0,81%	336,9	0,68%	5,45%	-3,12%	-8,38%	-11,67%
PESSOAL A PAGAR	90,2	0,24%	118,1	0,28%	136,0	0,27%	50,81%	15,22%	31,72%	6,04%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	229,3	0,60%	229,7	0,54%	200,9	0,41%	-12,39%	-12,55%	-23,93%	-20,57%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	1.071,1	2,81%	1.488,0	3,48%	1.623,0	3,28%	51,52%	9,08%	30,90%	0,42%
FORNEDORES A LONGO PRAZO	407,6	1,07%	575,3	1,34%	785,1	1,59%	92,64%	36,48%	65,19%	24,95%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,2	0,00%	0,1	0,00%	0,1	0,00%	-70,88%	-55,22%	-73,88%	-59,35%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	6.414,2	16,82%	11.248,0	26,28%	10.772,7	21,75%	67,95%	-4,23%	35,17%	-9,62%
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	206,0	0,54%	200,4	0,47%	180,3	0,36%	-12,44%	-10,02%	-24,18%	-18,34%
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	5.125,6	13,44%	5.388,1	12,59%	5.565,7	11,24%	8,58%	3,30%	-7,66%	-6,15%
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	813,9	2,13%	5.659,5	13,22%	4.768,5	9,63%	485,89%	-15,74%	237,55%	-16,73%
PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL A LONGO PRAZO	-	0,00%	-	0,00%	258,2	0,52%	-	-	-	-
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	268,7	0,70%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	89,9	0,24%	88,2	0,21%	124,3	0,25%	38,22%	40,95%	21,82%	25,37%
OBRIGAÇÕES POR DANOS A TERCEIROS A LONGO PRAZO	0,6	0,00%	0,6	0,00%	0,5	0,00%	-8,74%	-2,96%	-20,92%	-12,64%
CRÉDITOS DE INCENTIVOS FISCAIS	89,3	0,23%	87,6	0,20%	123,8	0,25%	38,53%	41,23%	22,11%	25,61%
Total do PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	8.302,5	21,77%	13.747,3	32,12%	13.642,1	27,55%	64,31%	-0,77%	34,33%	-6,87%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	29,8	0,08%	29,8	0,07%	29,8	0,06%	0,00%	0,00%	-13,37%	-9,42%
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	29,8	0,08%	29,8	0,07%	29,8	0,06%	0,00%	0,00%	-13,37%	-9,42%
RESERVAS DE CAPITAL	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
RESERVAS DE LUCROS	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
RESERVA LEGAL	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
RESULTADOS ACUMULADOS	29.015,9	76,09%	28.209,0	65,91%	34.964,6	70,60%	20,50%	23,95%	4,09%	11,10%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	29.612,9	77,66%	28.806,0	67,31%	35.322,6	71,32%	19,28%	22,62%	-	-
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	3.767,4	9,88%	(816,5)	-1,91%	6.758,3	13,65%	79,39%	-927,70%	55,46%	-889,64%
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.043,8	68,30%	29.612,9	69,19%	28.564,3	57,68%	9,68%	-3,54%	-4,94%	-12,60%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(198,3)	-0,52%	9,6	0,02%	-	0,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	(597,0)	-1,57%	(597,0)	-1,39%	(358,0)	-0,72%	-40,04%	-40,04%	-46,64%	-44,21%
Total do PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.045,7	76,17%	28.238,8	65,98%	34.994,4	70,66%	20,48%	23,92%	4,08%	11,08%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.132,1	100,00%	42.797,5	100,00%	49.525,9	100,00%	29,88%	15,72%	10,86%	5,22%



2.2.1. Passivo Circulante e Não Circulante

Da mesma forma que ocorre com o Ativo Circulante, o Passivo Circulante corresponde às obrigações que possuem expectativa de realização inferior a 12 meses. Por sua vez, como passivos não circulantes classificam-se as obrigações com expectativa de vencimento ou realização em mais de 365 dias após o encerramento dos balanços. Nos dois casos, os principais grupos são:

- **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar:** Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões, além dos encargos a pagar, dos benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações;
- **Empréstimos e Financiamentos:** Compreendem as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor;
- **Fornecedores e Contas a Pagar:** Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações;
- **Obrigações Fiscais:** Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições;
- **Provisões:** Compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos;
- **Demais Obrigações:** Compreendem as obrigações da entidade para com terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Em relação aos subgrupos do passivo circulante e não circulante é relevante ressaltar:

- O passivo circulante, entre os exercícios de 2021 e 2022, apresentou uma expansão de 9,61% em valores nominais, motivada principalmente pelo incremento do Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo, como as operações de crédito internas e externas, vinculadas a projetos de construção de infraestrutura, mobilidade e transporte, e desenvolvimento



social que elevaram de R\$17 milhões em 2021, para R\$ 121 milhões em 2022 (crescimento de 588,38%);

- Fornecedores representam 1,79% do passivo. Nesse grupo encontram-se registrados os saldos de Fornecedores Nacionais Não Financiados, bem como o saldo do Parcelamento com Fornecedores Nacionais, além das contas de consumo e aquelas decorrentes de decisões judiciais, como precatórios, bloqueios e sequestros, e demais decisões judiciais;
- A dívida de Salvador pode ser dividida em empréstimos, parcelamentos, precatórios e outras, sendo esta, representada por sentenças judiciais diferentes de precatórios. Destes grupos relacionados, o de maior representatividade são os empréstimos que se dividem em internos e externos e são voltados principalmente para programas de modernização fiscal e administrativa; aceleração do crescimento econômico; construção de vias e meios de transporte para melhoria da mobilidade urbana; infraestrutura e saneamento; desenvolvimento do turismo; projetos sociais de urbanização e assentamento; investimento em melhorias da saúde, educação e assistência social. Em 2022 o saldo destes empréstimos atingiu um montante de R\$1.744 milhões, o que representou um aumento, em relação ao ano anterior, superior a R\$ 238 milhões;
- O volume total de precatórios no exercício de 2022 foi de R\$626 milhões, tendo sido registrado um aumento no saldo de R\$67 milhões em valores absolutos;
- No grupo de Provisões nota-se uma redução de R\$ 474 milhões, em especial nas contas de Provisões de Riscos Cíveis, que devido a mudança de classificação para risco remoto sofreu uma dedução no valor de R\$891 milhões, o que representou uma redução em todo o grupo de 9,62% em relação ao exercício anterior, em valores reais;
- Quando comparada ao exercício anterior, a conta de Valores Restituíveis obteve uma redução percentual real no saldo a pagar de 5,81%. Esse grupo sintetiza informações em relação a retenções tributárias e de contribuições, consignações, bloqueios e inconsistências de folha, indenizações e restituições devidas, dentre outras informações operacionais do ente, tendo saldo com movimentação constante. A redução de saldo não corresponde a uma redução de movimentação, mas sim ao aumento de pagamento no mesmo exercício financeiro de registro da obrigação;



- No Patrimônio Líquido merece destaque a conta de Resultados Acumulados que em comparação ao exercício de 2021 registrou aumento superior a 11%. Esta conta compreende o valor residual do ativo depois de deduzido todos os passivos.

2.2.2. Avaliação Sintética dos Passivos com Atributo Financeiro

Da análise dos passivos totais do Município (circulante e não circulante), considerando a classificação do atributo financeiro, importa ressaltar que:

- O passivo financeiro, somado aos restos a pagar não processados, sofreu uma redução real de 13,4%. Os maiores saldos do grupo provêm da inscrição de restos a pagar e das movimentações de ingressos extraorçamentários de retenções, consignações e cauções no do grupo outras obrigações;
- A inscrição de restos a pagar do exercício importou em R\$ 423 milhões. Somado a ela o saldo de restos de exercícios anteriores ainda não quitados, alcança-se o volume total de restos a pagar de R\$482 milhões em 31.12.2022;
- Os saldos de execução orçamentária efetuada em favor do Poder Judiciário para quitação de precatórios, cujos recursos ainda não foram entregues pela justiça aos destinatários finais estão controladas em conta de passivo financeiro, alcançando o saldo de R\$139 milhões em 31.12.2022.

O quadro abaixo, que compõe o Balanço Patrimonial de 2022, contém o resumo do total dos passivos financeiros e permanentes. Considerações mais analítica sobre a composição do passivo e funcionamento das contas contábeis podem ser consultadas nas notas explicativas aos balanços.



R\$ milhão

Ativos Financeiros e Permanentes	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2021 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
PASSIVO										
Passivo Financeiro	645,92	6,93%	773,38	5,18%	813,08	5,44%	25,88%	5,13%	9,20%	-13,40%
Passivo Permanente	8.672,32	93,07%	14.155,12	94,82%	14.144,83	94,56%	63,10%	-0,07%	33,56%	-6,33%
Total Passivo (II)	9.318,25	100,00%	14.928,50	100,00%	14.957,91	100,00%	60,52%	0,20%	31,86%	-6,77%
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	28.813,81	-	27.869,05	-	34.567,95	-	19,97%	24,04%	4,39%	10,69%

Contas de Compensação	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A. H.			
	Saldo (a)	A. V. (a) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (b) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (c) / T(c)	2020 > 2022 ((c - a) / a)	2021 > 2022 ((c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
Atos Potenciais Passivos										
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	24,16	1,97%	-	-	-	-	-	-100,00%	-100,00%	-
Obrigações Contratuais	1.199,55	98,03%	-	-	-	-	-	-100,00%	-100,00%	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Atos Potenciais Passivos	1.223,71	100,00%	-	-	-	-	-	-100,00%	-100,00%	-

Ainda no quadro acima, encontra-se os Atos Potenciais Passivos a Executar, ou seja, aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio. Houve registro nos grupos de execução de convênios e de obrigações contratuais.

2.2.3. Principais Índices e Indicadores Associados ao Balanço Patrimonial

$$2.2.3.1. \quad \text{Situação Financeira SF} = \left(\frac{\text{AF}}{\text{PF}} \right)$$

Onde: AF = Ativo Financeiro

PF = Passivo Financeiro

Esse resultado é utilizado, principalmente, para se verificar a existência, ou não, de superávit financeiro. O resultado pode ser considerado um indicador de saúde financeira, se maior que 1.

No Município o total de recursos financeiros em 2022 supera o total de obrigações financeiras, apontando um índice de 4,02. Ou seja, a soma das disponibilidades e dos direitos realizáveis foi maior que o total de obrigações financeiras, demonstrando excedente de recursos em relação aos compromissos assumidos, que poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais (suplementares ou especiais) no ano de 2023.

Assim, apurado o resultado da equação AF – PF obtém-se como resultado um excedente de recursos financeiros da ordem de R\$2.452 bilhões, aproximadamente, valor que representa o total do superávit disponível.



$$SF = \frac{3.266}{813} = 4,02$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice de 2021 também apresentou resultado superavitário de 3,39 com superávit apurado de R\$1,845 bilhão.

$$2.2.3.2. \quad \text{Liquidez Corrente } LCor = \left(\frac{AC}{PC} \right)$$

Onde: AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

O quociente revela a capacidade financeira do ente para cumprir os seus compromissos de curto prazo, isto é, quanto há de Ativo Circulante para cada R\$1,00 de Passivo Circulante

No Município esse resultado foi de 7,03 em 2022, que para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante existe no Ativo Circulante R\$ 7,03, o que denota a existência de elevado Capital Circulante Líquido.

$$LCor = \frac{6.251}{889} = 7,03$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados positivos, tendo sido mensurado em 6,16.

$$2.2.3.3. \quad \text{Liquidez Imediata } LImed = \left(\frac{Disp}{PC} \right)$$

Onde: Disp = Disponibilidades

PC = Passivo Circulante

O quociente revela a capacidade financeira de liquidez imediata para saldar seus compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa possui em Caixa, nos Bancos



e em aplicações financeiras de liquidez imediata para cada R\$ 1,00 do Passivo Circulante.

No Município esse resultado foi de 3,53 em 2022, ou seja, para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante existe no caixa ou em aplicação financeira de liquidez imediata R\$ 3,53. Isso denota que não há necessidade de recorrer a qualquer tipo de operação de endividamento ou de alongamento ou refinanciamento de passivos visando obter mais dinheiro para cobrir as obrigações vencíveis a curto prazo.

$$L_{imed} == \frac{3.139}{889} = 3,53$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados positivos, tendo sido mensurado em 2,81.

$$2.2.3.4. \quad \text{Liquidez Geral } LGr = \left(\frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \right)$$

Onde: AC = Ativo Circulante

ARLP = Ativo Realizado a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

Esse quociente evidencia se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais. Resultados maiores que 1 indicam a existência de recursos para tal.

No Município esse resultado foi de 2,90 em 2022, significando que para cada R\$ 1,00 de obrigação existe no ativo R\$ 2,90, o que denota solidez financeira para honrar obrigações curto e longo prazo.

$$LGr = \frac{6.251 + 35.962}{889 + 13.642} = 2,90$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados acima de 1, sendo mensurado em 2,51.



$$2.2.3.5. \quad \text{Situação Permanente SP} = \left(\frac{\text{AP}}{\text{PP}} \right)$$

Onde: AP = Ativo Permanente

PP = Passivo Permanente

O resultado desse indicador demonstra o equilíbrio entre o passivo permanente e o ativo permanente, indicando que a soma dos bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo supera as dívidas de longo prazo, demonstrando saldo patrimonial positivo.

No Município esse resultado é maior que 1, deixando evidente que não há passivo descoberto, pois o total de Ativo Permanente supera o montante de Passivos de mesma natureza em 3,27.

$$SP = \frac{46.260}{14.145} = 3,27$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados acima de 1, sendo de 2,84.

$$2.2.3.6. \quad \text{Imobilização de Recursos Não Correntes IRNC} = \left(\frac{\text{AP}}{\text{PL+PELP}} \right)$$

Onde: AP = Ativo Permanente

PL = Patrimônio Líquido

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

O quociente revela a proporção existente entre o Ativo Permanente e os Recursos Não Correntes, isto é, quanto foi investido no Ativo Permanente para cada R\$1,00 de Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo. Desta forma, quanto menor o indicador melhor será. Nesta vertente, a interpretação deve ser direcionada a verificar se o Capital Social negativo foi compensado por empréstimos a longo prazo.

No Município esse resultado foi de 0,15 em 2022, ou seja, 15% do Capital Social e Exigível a Longo Prazo foi investido no Ativo Permanente.



$$IRNC == \frac{7.312}{34.994 + 13.642} = 0,15$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados de 0,15.

$$2.2.3.7. \quad \text{Composição do Endividamento } Div = \left(\frac{PC}{PE} \right)$$

Onde: PC = Passivo Circulante

PE = Passivo Exigível Total

O quociente revela a proporção entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais, ou seja, quanto terá que ser pago a curto prazo para cada R\$ 1,00 do total das obrigações.

No Município esse resultado foi de 0,06 em 2022, ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigação existente, o município precisa desembolsar R\$ 0,06 a curto prazo.

$$Div = \frac{889}{14.531} = 0,06$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultado 0,06.

$$2.2.3.8. \quad \text{Resultado Patrimonial RPat} = \left(\frac{AR}{PR} \right)$$

Onde: AR = Ativo Real (Ativo Financeiro + Ativo Permanente)

PR = Passivo Real (Passivo Financeiro + Ativo Permanente)

Resultados maiores que 1 representam que o ente está em boas condições patrimoniais, pois a soma dos bens e direitos é superior à soma das obrigações com a dívida fundada.



No Município esse resultado foi de 3,31 em 2022, demonstrando equilíbrio e sustentabilidade na gestão do patrimônio público, mesmo quando se trata de dívidas de longo prazo.

$$SP = \frac{49.526}{14.958} = 3,31$$

Nota: Valores em R\$ milhões

O índice no ano anterior também apresentou resultados acima de 1, sendo mensurado em 2,87.

3. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais consubstancia todas as modificações positivas ou negativas ocorridas no decorrer do exercício no patrimônio municipal, oriundas ou não da execução orçamentária, e, ao final, indica o resultado econômico da entidade, podendo ser classificadas em:

- a) Quantitativas: quando aumentam ou diminuem o patrimônio líquido;
- b) Qualitativas: quando alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o valor do patrimônio líquido.

As variações quantitativas estão subdivididas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujo confronto resulta na apuração do Superávit ou Déficit Patrimonial do exercício.

As variações qualitativas decorrentes da execução do Orçamento de Capital corresponderam à incorporação de ativos não circulantes classificados no imobilizado nas categorias de bens móveis e imóveis, na desincorporação de ativo pela alienação de bens e na desincorporação de passivos pela amortização da dívida.





R\$ milhão

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Em 31/12/2020		Em 31/12/2021		Em 31/12/2022		A.H.			
	Saldo (a)	A. V. (b) / T(a)	Saldo (b)	A. V. (c) / T(b)	Saldo (c)	A. V. (d) / T(c)	2020 > 2022 (c - a) / a)	2021 > 2022 (c - b) / b)	2020 > 2022 Var Real	2021 > 2022 Var Real
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS										
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.996,2	12,31%	5.600,3	34,76%	10.805,9	45,19%	260,65%	92,95%	182,69%	76,22%
Impostos	2.451,1	10,07%	4.974,8	30,88%	10.074,7	42,14%	311,03%	102,52%	219,64%	84,62%
Taxas	545,2	2,24%	625,5	3,88%	731,1	3,06%	34,12%	16,88%	10,18%	8,67%
Contribuições	397,3	1,63%	619,0	3,84%	446,7	1,87%	12,46%	-27,82%	-4,52%	-32,56%
Contribuições Sociais	200,8	0,83%	221,2	1,37%	227,4	0,95%	13,23%	2,82%	-3,67%	-5,41%
Contribuição de Iluminação Pública	196,4	0,81%	397,8	2,47%	219,3	0,92%	11,66%	-44,86%	-5,40%	-48,02%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	66,0	0,27%	88,2	0,55%	258,8	1,08%	292,27%	193,27%	229,45%	167,21%
Venda de Produtos	0,0	0,00%	0,1	0,00%	0,0	0,00%	-4,14%	-83,28%	-19,90%	-84,00%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	66,0	0,27%	88,2	0,55%	258,8	1,08%	292,33%	193,50%	229,49%	167,41%
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.613,2	6,63%	4.481,4	27,81%	3.692,7	15,44%	128,91%	-17,60%	96,45%	-24,08%
Juros e Encargos de empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	0,00%	-	0,00%	0,0	0,00%	-	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	48,3	0,20%	55,8	0,35%	58,5	0,24%	21,14%	4,88%	2,72%	-3,81%
Variáveis Monetárias e Cambiais	1.392,5	5,72%	4.217,9	26,18%	3.009,7	12,59%	116,13%	-28,64%	85,60%	-34,23%
Descontos Financeiros Obtidos	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	4350,00%	-98,69%	3714,29%	-98,85%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	51,2	0,21%	95,2	0,59%	365,1	1,53%	613,68%	283,36%	502,13%	256,96%
Outras Variáveis Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	121,2	0,50%	112,4	0,70%	259,3	1,08%	113,98%	130,68%	85,03%	110,96%
Transferências e Delegações Recebidas	3.918,1	16,10%	4.111,0	25,52%	4.725,0	19,76%	20,59%	14,93%	2,21%	5,63%
Transferências Intergovernamentais	3.907,7	16,06%	4.088,5	25,38%	4.714,2	19,72%	20,64%	15,30%	2,25%	5,95%
Transferências das Instituições Privadas	3,2	0,01%	4,9	0,03%	9,2	0,04%	190,27%	86,63%	145,88%	74,52%
Transferências do Exterior	0,6	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
Transferências de Pessoas Físicas	1,3	0,01%	0,9	0,01%	0,8	0,00%	-36,76%	-12,63%	-45,38%	-18,90%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	5,4	0,02%	16,6	0,10%	0,7	0,00%	-86,69%	-95,70%	-88,82%	-95,88%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	17,2	0,07%	345,4	2,14%	25,3	0,11%	46,72%	-92,68%	26,81%	-93,02%
Reavaliação de Ativos	-	0,00%	13,1	0,08%	-	0,00%	-	-100,00%	-	-100,00%
Ganhos com Alienação	0,2	0,00%	0,3	0,00%	0,5	0,00%	157,78%	78,68%	133,23%	73,82%
Ganhos com Incorporação de Ativos	16,3	0,07%	329,2	2,04%	24,1	0,10%	48,10%	-92,67%	27,80%	-93,02%
Desincorporação de Passivos	0,7	0,00%	2,9	0,02%	0,6	0,00%	-12,67%	-77,58%	-23,75%	-78,81%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.328,1	62,98%	866,1	5,38%	3.955,3	16,54%	-74,20%	356,67%	-77,67%	331,79%
Resultado Positivo de Participações	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	15.248,5	62,66%	699,0	4,34%	3.630,6	15,18%	-76,19%	419,39%	-79,40%	395,51%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	79,6	0,33%	167,1	1,04%	324,7	1,36%	307,96%	94,30%	246,50%	77,80%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	24.336,1	100,00%	16.111,4	100,00%	23.909,7	100,00%	-1,75%	48,40%	-15,99%	36,43%
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS										
Pessoal e Encargos	2.206,9	10,73%	2.277,7	13,46%	2.405,5	14,02%	9,00%	5,61%	-7,71%	-3,21%
Remuneração a Pessoal	2.008,1	9,76%	2.047,0	12,09%	2.182,9	12,73%	8,70%	6,64%	-7,97%	-2,29%
Encargos Patronais	100,7	0,49%	114,3	0,68%	96,6	0,56%	-4,08%	-15,51%	-18,58%	-22,34%
Benefícios a Pessoal	86,0	0,42%	107,0	0,63%	118,1	0,69%	37,32%	10,34%	16,25%	1,31%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12,1	0,06%	9,4	0,06%	7,9	0,05%	-34,51%	-15,82%	-44,38%	-22,88%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	668,5	3,25%	637,6	3,77%	659,3	3,84%	-1,38%	3,41%	-16,42%	-5,45%
Aposentadorias e Reformas	444,9	2,16%	428,8	2,53%	446,1	2,60%	0,27%	4,01%	-15,04%	-4,89%
Pensões	125,5	0,61%	124,3	0,73%	129,6	0,76%	3,21%	4,19%	-12,49%	-4,36%
Benefícios de Prestação Continuada	95,2	0,46%	83,1	0,49%	72,4	0,42%	-24,00%	-12,89%	-35,50%	-20,71%
Benefícios Eventuais	2,8	0,01%	0,8	0,00%	10,8	0,06%	283,28%	1194,73%	233,52%	1047,95%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,1	0,00%	0,5	0,00%	0,5	0,00%	396,07%	5,22%	320,72%	-3,56%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.146,6	15,30%	3.347,5	19,78%	3.586,7	20,91%	13,98%	7,14%	-3,24%	-1,20%
Uso de Material de Consumo	258,0	1,25%	272,8	1,61%	372,0	2,17%	44,20%	36,38%	23,06%	26,24%
Serviços	2.855,8	13,88%	3.041,3	17,97%	3.172,7	18,50%	11,10%	4,32%	-5,73%	-3,83%
Depreciação, Amortização de Exaustão	32,8	0,16%	33,5	0,20%	42,0	0,24%	27,78%	25,31%	8,91%	16,15%
Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras	266,3	1,29%	271,3	1,60%	388,2	2,26%	45,79%	43,12%	22,85%	31,80%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	25,0	0,12%	54,1	0,32%	94,0	0,55%	276,43%	73,68%	217,86%	59,80%
Juros e Encargos de Mora	0,1	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-94,18%	-80,40%	-95,10%	-81,26%
Variáveis Monetárias e Cambiais	241,3	1,17%	217,1	1,28%	294,2	1,72%	21,96%	35,51%	2,68%	24,79%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	-	0,00%	0,0	0,00%	0,0	0,00%	-	1772,67%	-	1621,37%
Transferências e Delegações Concedidas	507,1	2,47%	540,5	3,19%	1.097,6	6,40%	116,45%	103,09%	84,73%	87,05%
Transferências Intergovernamentais	495,5	2,41%	520,8	3,08%	652,5	3,80%	31,67%	25,28%	12,39%	15,34%
Transferências a Instituições Privadas	-	0,00%	-	0,00%	443,4	2,58%	-	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada	11,6	0,06%	19,7	0,12%	1,7	0,01%	-84,90%	-91,13%	-87,07%	-91,66%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.111,5	5,40%	4.716,9	27,86%	6.810,3	39,70%	512,70%	44,38%	425,87%	35,40%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	101,9	0,50%	770,3	4,55%	781,1	4,55%	666,76%	1,41%	561,43%	-6,99%
Perdas com Alienação	0,1	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-100,00%	-	-100,00%	-
Perdas Involuntárias	0,0	0,00%	0,3	0,00%	0,6	0,00%	9169,63%	97,10%	7682,72%	88,55%
Incorporação de Passivos	76,2	0,37%	253,4	1,50%	194,3	1,13%	155,11%	-23,33%	120,93%	-27,94%
Desincorporação de Ativos	933,4	4,54%	3.692,9	21,82%	5.834,3	34,01%	525,06%	57,99%	435,67%	48,79%
Tributárias	69,2	0,34%	73,5	0,43%	86,4	0,50%	24,82%	17,54%	5,75%	7,76%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,2	0,00%	0,4	0,00%	0,1	0,00%	-41,70%	-73,04%	-48,35%	-73,83%
Contribuições	69,0	0,34%	73,1	0,43%	86,3	0,50%	25,00%	18,05%	5,90%	8,22%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	12.592,5	61,22%	5.063,0	29,91%	2.120,1	12,36%	-83,16%	-58,12%	-85,92%	-60,07%
Premiações	8,3	0,04%	2,2	0,01%	1,6	0,01%	-81,24%	-30,13%	-83,73%	-34,13%
VPD de Constituição de Provisões	12.539,5	60,96%	5.016,5	29,63%	2.085,8	12,16%	-83,37%	-58,42%	-86,09%	-60,33%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	44,7	0,22%	44,2	0,26%	32,8	0,19%	-26,70%	-25,84%	-38,42%	-32,18%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	20.568,7	100,00%	16.927,9	100,00%	17.154,1	100,00%	-16,60%	1,34%	-29,59%	-5,18%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	3.767,4	-	(816,5)	-	6.755,6	-	79,32%	-927,37%	63,48%	-1412,39%
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS										
Incorporação de Ativo	702,6	52,52%	477,3	47,89%	1.077,7	71,37%	53,39%	125,79%	30,10%	109,47%
Desincorporação de Passivo	153,9	11,51%	118,2	11,86%	69,4	4,59%	-54,93%	-41,33%	-60,28%	-45,68%
Incorporação de Passivo	475,2	35,52%	399,1	40,04%	356,6	23,62%	-24,95%	-10,64%	-36,82%	-16,26%
Desincorporação de Ativo	6,0	0,45%	2,1	0,21%	6,3	0,42%	4,75%	196,78%	-11,33%	180,64%



3.1. Síntese da Análise das Variações Patrimoniais Ativas do Município:

- As variações ativas resultantes de Impostos e Taxas representaram os valores mais expressivos em 2022, contribuindo com 45,19% em relação ao valor total das variações ativas. Em seguida vêm as intergovernamentais, com 19,72%;
- Ainda sobre as variações de impostos, estas representaram o maior aumento em valores absolutos, quando comparado a 2021, R\$ 5.100 milhões, 84,62% (em valores reais) motivado, principalmente pela atualização dos valores do IPTU pela inflação; pela revisão de padrões construtivos e correção de distorções de cadastro imobiliário; e pelo retorno integral das atividades econômicas, que aqueceu o setor de serviços 2022;
- Nas variações financeiras destaca-se um aumento diretamente relacionado a receita orçamentária de rendimentos, que subiu 256,96% em relação ao exercício anterior;
- A composição das variações ativas ocorridas no exercício não revela grandes diferenças em relação ao exercício anterior, por manter-se a mesma dinâmica de funcionamento operacional e de investimentos;
- Em 2022 ressalta-se o aumento da participação das VPA's de origem tributária na composição do ativo, em detrimento da redução das transferências e delegações, movimento contrário ao da arrecadação de receitas, em que os recursos advindos de transferências suplantaram os de tributos. Espera-se em 2023 realizar os créditos tributários lançados em valor superior a 2022;
- Nota-se um crescimento da participação das outras variações ativas na composição total das VPA's. Esse fato é extraordinário, alheio aos processos operacionais da entidade, fruto de reversão de provisão pela possibilidade remota de realização da causa.

3.2. Síntese da Análise das Variações Patrimoniais Passivas do Município:

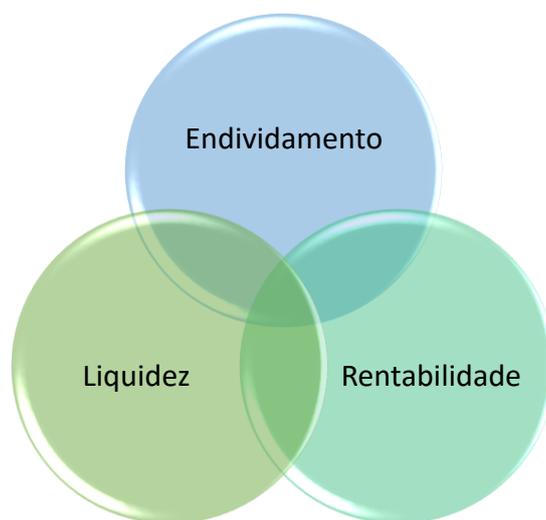
- As variações passivas, fatos que reduzem o patrimônio, apresentaram um decréscimo real de 5,18% em relação a 2021, notadamente nas variações de natureza operacional, tais como folha de pagamento e encargos;
- A VPD de maior destaque no exercício de 2022 foi a de desincorporação de ativos, que representou 34,01% das variações passivas, em valores nominais



representou um aumento de R\$ 2.141 milhões quando comparado a 2021, motivado, principalmente, pelo cancelamento da Dívida Ativa Tributária;

- As transferências concedidas foram aumentadas em 2022 para suprir as áreas sociais e para fomentar a atividade econômica;
- O confronto entre VPA e VPD resultou em um Superávit Patrimonial de R\$ 6.756 milhões, fortemente influenciado pelas atividades operacionais do Município.

4. CAPACIDADE DE PAGAMENTO - CAPAG



A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais. O intuito da CAPAG é apresentar de forma simples e transparente se a perspectiva de contratação de novo endividamento pelo ente representa risco de crédito.

A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017 e alterada pelas Portarias ME 15.140/2021 e ME 5.623/2022, é composta por três indicadores: **endividamento**, **poupança corrente** e **índice de liquidez**.

Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesas correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município.

$$4.1. \quad \text{Endividamento } IDC = \frac{DCB}{RCL}$$

Onde: DCB = *Dívida Consolidada Bruta*

RCL = *Receita Corrente Líquida Ajustada*

Este indicador tem por objetivo avaliar o grau de solvência do ente, por meio da comparação entre seu estoque de passivos e sua receita e pode ser obtido diretamente do Anexo 2 do Relatório de Gestão Fiscal de cada ente no último quadrimestre de cada ano.

Salvador apurou um índice de 35,58%, de um limite 60% (para o conceito A).

$$IDC = \frac{3.009}{8.458} = 0,3558$$

Nota: Valores em R\$ milhões

$$4.2. \quad \text{Poupança Corrente } PC = \frac{DC}{RCA}$$

Onde: DC = *Despesa Corrente*

RCA = *Receita Corrente Ajustada*

O indicador procura verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver um eventual crescimento de suas despesas correntes acima do crescimento das receitas correntes.

Na metodologia estipulada para cálculo, tomam-se como Receitas Correntes Ajustadas as Receitas Correntes abatidas da dedução de receita para a formação do FUNDEB.

Para este índice o valor é obtido por meio de uma média ponderada dos últimos 3 exercícios, com os seguintes pesos, 0,2; 0,3 e 0,5, respectivamente. Para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, o Município de Salvador auferiu o índice de 89,40% (conceito B).



Especificação	2020	2021	2022	Índice
Despesa Corrente (A)	6.718	6.981	7.863	
Receita Corrente (B)	7.066	7.587	9.192	
Poupança Corrente (A/B)	95,08%	92,02%	85,55%	89,40%

Nota: Valores em R\$ milhões

$$4.3. \quad \text{Índice de Liquidez } IL = \frac{OF}{DCB}$$

Onde: OF = *Obrigações Financeiras*

DCB = *Disponibilidade de Caixa Bruta*

A mensuração desse índice visa à verificação do volume de recursos em caixa em relação às obrigações financeiras já contraídas pelo ente público em dado momento. Em suma, atesta a existência ou não de despesas a pagar sem lastro financeiro.

Este indicador pode ser obtido diretamente do Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal de cada ente, no último quadrimestre.

No caso de Salvador esse indicador representa **12,24%** em 31/12/2022 (índice A).

$$IL = \frac{198}{1.619} = 0,1224$$

Nota: Valores em R\$ milhões

4.3. Classificação CAPAG

Após a obtenção dos índices dos três indicados expostos no item 4 – endividamento; poupança corrente e liquidez – os valores dão forma ao conceito de classificação da CAPAG, de acordo com parâmetros pré-estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A seguir encontram-se listados os parâmetros – A, B ou C – de acordo com cada métrica, bem assim o conceito apurado por Salvador em cada indicador, que resultam no conceito final do B da CAPAG.

Importante frisar que a Portaria ME 5.623/2022 alterou o quadro indicador do conceito da Poupança Corrente ampliando a faixa do conceito B, que antes era entre 90% e 95%, passou a vigorar entre 85% e 95%. Desta forma, o conceito A, anteriormente



obtido com Poupança corrente abaixo de 90%, passou a ser obtido apenas com Poupança corrente abaixo de 85%.

Endividamento		Poupança Corrente		Liquidez	
Faixa	Conceito	Faixa	Conceito	Faixa	Conceito
$DC < 60\%$	A	$PC < 85\%$	A	$IL < 1$	A
$60\% \leq DC < 100\%$	B	$85\% \leq PC < 95\%$	B	$IL \geq 1$	C
$DC \geq 100\%$	C	$PC \geq 95\%$	C	Salvador	A
Salvador	A	Salvador	B		

		Indicador de Poupança Corrente					
		A		B		C	
Indicador de Liquidez		A	C	A	C	A	C
Indicador de Endividamento	A	A	C	B	C	C	C
	B	B	C	B	C	C	C
	C	B	C	B	C	C	D

Conceito de Salvador B





SALVADOR
PREFEITURA

Secretaria da Fazenda



**Prefeitura
de Salvador**

Edição 2022

